



REQUERIMENTO N.º , de 2024

(Do Sr. Dorinaldo Malafaia)

Requer a realização de audiência pública para debater as Políticas Públicas pelo retorno das Altas Coberturas Vacinais na população brasileira, com ênfase às pessoas com doenças crônicas e outros grupos mais vulneráveis.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos artigos 24, III, 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja realizada audiência pública para debater as Políticas Públicas pelo retorno das Altas Coberturas Vacinais na população brasileira, com ênfase às pessoas com doenças crônicas e outros grupos mais vulneráveis. **Com a presença dos seguintes convidados:**

- **Dr. Eder Gatti Fernandes – Ministério da Saúde – SVSA/DPNI – Departamento de Imunizações e Doenças Imunopreveníveis;**
- **Dr. Renato Kfourir, Diretor da Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIIm) e da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP);**
- **Dra. Socorro Gross, Diretora da Organização Pan-Americana da Saúde para o Brasil;**
- **Dr. Mark Barone, Fundador e Coordenador Geral do Fórum Intersetorial para Combate às DCNTs no Brasil (FórumDCNTs);**
- **Sra. Sheila Vasconcellos, jornalista na Associação de Diabetes ADILA, vivendo com diabetes tipo 1 há mais de 30 anos;**





JUSTIFICATIVA

As vacinas salvam vidas e aumentam a qualidade de vida de pessoas em todas as nações, por reduzirem a morbidade e mortalidade por doenças imunopreveníveis na população. Entretanto, nos últimos anos observa-se um cenário de baixas coberturas vacinais no Brasil, com riscos para a saúde de toda a coletividade. A cobertura vacinal é um indicador estratégico, pois revela a proteção da população no âmbito coletivo e possibilita a avaliação da imunidade de grupo. A redução da cobertura vacinal evidencia a existência de grupos desprotegidos, nos quais a circulação viral pode afetar indivíduos imunocomprometidos e menores de um ano, com grande impacto na morbidade e mortalidade. Neste contexto, torna-se motivo de preocupação a não vacinação de pessoas com doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), como doenças renal crônica (DRC), cardiovasculares, pulmonar obstrutiva crônica (DPOC), diabetes, cânceres e obesidade, especialmente porque pessoas com essas condições são mais suscetíveis a doenças imunopreveníveis, com risco aumentado de gravidade e complicações. No Brasil, as DCNTs apresentam elevada carga, correspondendo a 76% das causas de morte no país. O Programa Nacional de Imunizações (PNI) do Brasil, estabelecido em 1973, é reconhecido mundialmente por sua efetividade e capacidade de proteger a saúde coletiva. O PNI se adaptou às mudanças políticas, epidemiológicas e sociais e alcançou conquistas como a erradicação da varíola, área livre do poliovírus, eliminação da rubéola e do sarampo. Entre 2000 e 2015, foram atingidas metas de cobertura vacinal por meio de ações fortalecidas, expansão de salas de vacinação e garantia de fornecimento de imunobiológicos. Entre 2016 e 2018, apenas a vacina BCG atingiu a meta de cobertura vacinal estipulada no Brasil. Em 2019, o país perdeu a certificação de país livre do vírus do sarampo. Durante a pandemia de COVID-19, houve agravamento da redução das coberturas vacinais, com piora nos indicadores da vacinação contra o papilomavirus humano (HPV), febre amarela, sarampo, caxumba e rubéola. Contudo, a redução da vacinação não pode ser atribuída apenas à pandemia, visto que outros múltiplos fatores estão envolvidos como o desconhecimento da importância da vacinação, disseminação de notícias falsas (fake news), registros





CÂMARA DOS DEPUTADOS

inadequados, desabastecimento de produtos e dificuldade de acesso aos serviços de saúde.

Tendo em vista o cenário das baixas coberturas vacinais no país nos últimos anos, e especialmente, os impactos negativos dessa redução em pessoas com DCNTs, entendemos serem imprescindíveis ações de fortalecimento do SUS e do PNI, assim como a colaboração entre os setores.

Com este objetivo de aumento das coberturas vacinais no Brasil, apresentamos o pedido de realização de audiência pública, e contamos com apoio dos nobres Pares para a aprovação do requerimento ora apresentado.

Sala das Sessões, em 30 de outubro de 2024.

DORINALDO MALAFAIA
Deputado Federal – PDT/AP

